

Conversão já, um conselho do Lloyds

505
JOSÉ CARLOS SANTANA
Nosso correspondente

LONDRES — O presidente do Lloyds Bank, sir Jeremy Morse, discursando ontem para membros da Câmara Brasileira de Comércio na Grã-Bretanha, lamentou o fato de o Brasil ainda não ter elaborado e apresentado aos bancos internacionais, seus credores, um plano de conversão de parte da dívida externa em capital de risco. Disse estar absolutamente convencido de que esta seria “uma maneira lógica” de resolver já, pelo menos, a questão dos débitos de longo prazo.

Sir Jeremy foi o convidado de honra e orador de um almoço promovido pela Câmara no **ironmongers hall**, na City de Londres, e havia grande expectativa em torno do que ele iria falar, principalmente depois do revés sofrido pelo ministro Bresser Pereira em Washington.

No salão, todos atentos, estavam diretores de algumas das empresas mais importantes da Grã-Bretanha, com interesses no Brasil, além de mais de uma dezena de banqueiros representando, entre outros, o Midland Bank, National Westminster, Barclays Bank, The Royal Bank of

Scotland, Libra Bank, Citibank e European Brazilian Bank. Também presente estavam o embaixador do Brasil, Celso Antônio de Souza e Silva, e o adido militar, coronel Lacombe.

Sir Jeremy, no entanto, foi cauteloso nos seus comentários. Preferiu agir como os velhos políticos mineiros — nas palavras de um banqueiro inglês familiarizado com o Brasil —, fazendo um discurso relativamente curto, com apenas algumas observações generalizadas sobre acontecimentos no mercado financeiro internacional, nos últimos anos, e algumas referências ao problema da dívida brasileira.

Falou da sua crença na conversão de parte dos débitos em capital de risco, como solução parcial da crise. Mencionou de passagem as últimas propostas elaboradas pelo Ministério da Fazenda e apresentadas aos bancos, dizendo que as recebeu mais como sugestões do que propostas.

Disse acreditar que o Brasil teria condições de reiniciar o pagamento dos juros, com os superávits já alcançados na balança comercial e encerrou o discurso manifestando a opinião de que o problema da dívida

externa brasileira só será realmente atacado quando a situação política no País for definida, com a aprovação da nova Constituição.

As observações mais interessantes e menos comedidas foram feitas pelos banqueiros, antes e durante o almoço, em conversas particulares. Alguns não pouparam críticas ao comportamento da missão enviada pelo Brasil à Europa, para expor as últimas idéias do ministro Bresser Pereira.

Um deles disse ter ficado impressionado com a falta de convicção com que o novo plano foi apresentado, e, mais ainda, com a maneira como o governo deixou que as propostas fossem amplamente divulgadas pela imprensa, antes de defini-las melhor e de submetê-las à apreciação dos bancos.

“O sr. Bresser Pereira necessita urgentemente de alguém que lhe ensine como agir nesse tipo de negociação” — comentou um banqueiro que visita o Brasil com frequência. “Quando o plano chegou às mãos dos banqueiros todos já tinham opinião formada sobre ele, com base no que leram na imprensa. Não houve surpresa. Houve, sim, muita irritação”.